

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-02-2023.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 440/22 (Processo nº 0903/22), de autoria de Mônica Leal, e o Projeto de Resolução nº 070/22 (Processo nº 0817/22), de autoria da Mesa Diretora. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nos 0249, 0527, 0528, 0529, 0539 e 0540/23, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei do Executivo nº 002/23 (Processo nº 0025/23), o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/23 (Processo nº 0092/23), os Projetos de Lei do Executivo nos 003 e 004/23 (Processos nos 0093 e 0094/23, respectivamente), e os Projetos de Lei Complementar do Executivo nos 002 e 003/23 (Processos nos 0103 e 0104/23, respectivamente). Foi apregoadado o Processo SEI nº 020.00033/2023-34, por meio do qual é autorizada representação externa de Alvoni Medina, no dia vinte e sete de fevereiro do corrente, para abertura da Semana Estadual de Doenças Raras, no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Pedro Ruas, Márcio Bins Ely, Cassiá Carpes, Lourdes Sprenger, Biga Pereira e Jonas Reis. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando a alteração na ordem de apreciação dos projetos constantes na Ordem do Dia. Na oportunidade, por solicitação de Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas do temporal ocorrido na Baixada Santista, em São Paulo, e a Brian Grandi, que se encontra desaparecido após o rompimento de ponte pênsil no município de Torres. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Pedro Ruas, Comandante Nádia e Giovanni Culau e Coletivo, solicitando a alteração da ordem da priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Na oportunidade, por solicitação de Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Mário Fernando Gonçalves. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram apregoadas as Emendas nos 03 e 04, assinadas por Mari Pimentel, apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19 (Processo nº 0097/19). Em Discussão Geral

e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19 (Processo nº 0097/19), após ser discutido por Comandante Nádia, Tiago Albrecht, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Jonas Reis, Jessé Sangalli e Comandante Nádia em tempo cedido por Mônica Leal. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19. A seguir, Tiago Albrecht e Comandante Nádia formularam Requerimentos verbais, solicitando votação em destaque, respectivamente, para as Emendas nos 04 e 02, apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19. Tiago Albrecht formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19. Foram votados e aprovados: destacadamente, a Emenda nº 02, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19; a Emenda nº 03, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando a alteração da ordem da priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 027/23 (Processo nº 0083/23). Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 001/23, os Projetos de Lei do Legislativo nos 372 e 454/22, 025, 030, e 033/23 , e o Projeto de Resolução nº 001/23; e, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nos 318 e 488/21, 056, 236, 357, 398, 411, 425, 438, 441, 443, 444, 445, 447, 448 e 450/22, 005, 006, 010, 012 e 015/23, e os Projetos de Resolução nos 076 e 081/22. Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima Sessão Ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego processo SEI nº 020.00033/2023-34, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que solicita representar esta Casa no evento Mesa de Abertura da Semana Estadual de Doenças Raras, no auditório da SMED, em Porto Alegre, no dia 27 de fevereiro de 2023, das 14 às 17h.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Hamilton, os colegas vereadores e vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão nesta quarta-feira de cinzas, quando, praticamente, começa o ano legislativo aqui na Câmara, assim como na Assembleia, no Congresso Nacional e em tantos outros espaços

importantes que devem dialogar com o conjunto da sociedade sobre os temas que chegam aqui à Câmara. Ver.^a Mônica, nós temos que definir logo a comissão que vai ser instituída para o Plano Diretor. O Presidente deu uma entrevista, o Jornal do Comércio está elencando toda semana, a imprensa já está achando uma morosidade da Câmara, tendo em vista, Presidente, as ações que o governo está fazendo. Nós somos um poder autônomo, independente; por isso, nós somos o Poder Legislativo. O Poder Executivo tem a sua atuação enquanto política com a cidade; por isso, lançou a ideia da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, que será nos dias 7, 8 e 9, se eu não me engano. Sabe como ele lançou? Em dias úteis, durante a semana, em horário comercial. Algum cidadão que tenha interesse sobre esse tema e que trabalhe na iniciativa privada – ou até na pública – vai ter acesso a essa conferência sobre o Plano Diretor de Porto Alegre aos moldes do que está oferecendo o Poder Executivo? Eu acho que terá uma enorme dificuldade. No Poder Legislativo, embora outro poder, constituída uma comissão, ela vai fazer – deve fazer – inclusive audiências públicas regionais para ouvir as pessoas, para ouvir os cidadãos que moram em determinada região da cidade sobre o que eles querem para o futuro próximo ou para o futuro distante: 20, 30, 40 anos. O Plano Diretor é o futuro da nossa querida Porto Alegre! Nós temos bairros considerados essencialmente de moradias, de residências, e o atual governo rasgou o Plano Diretor – rasgou! -, ele está constituindo prédios com altura de cinco, sete andares ali no bairro Chácara das Pedras, onde não é permitido pelo atual Plano Diretor, por ser um bairro considerado residencial, é permitido de até, no máximo, dois a três andares. Mas o atual governo não está nem aí para o Plano Diretor, porque os próprios moradores não foram consultados, não houve nenhuma mudança. O Conselho do Plano Diretor já é renovado pela quinta vez, e nem o conselho é consultado, Presidente. Então nós temos urgência! Este é o local, o fórum para abrir as portas, como é aberto para o SUS, Sistema Único de Saúde, tem que abrir o Poder Legislativo para a sociedade se manifestar, independente do tema, se ele é ambiental, se ele é habitacional, se ele é de saúde pública, se é ele de educação. Ou vamos deixar que os empreendedores tomem conta com os grandes projetos que eles estão defendendo na cidade? Nós temos que ter consonância, senão, o Ministério Público vai fazer como fez em 2019, 2020, judicializando, porque ele não recebe a informação de que a sociedade foi consultada. Em tese, percebe-se que o Plano Diretor foi ignorado. Infelizmente, o poder público municipal, Ver. Pedro Ruas, está deslocado, constituindo essa conferência dias 7, 8 e 9, em horário comercial, onde as pessoas não vão ter acesso, e o Poder Legislativo fala, fala, fala, cobramos, mas não sai a comissão especial do Plano Diretor. Portanto, em nome da oposição, inclusive o Robaina pediu para utilizar este espaço, quero registrar aqui a posição do PSOL, do PT e do PCdoB. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu só quero esclarecer, pois pelas palavras do Ver. Oliboni, parece que estamos voltando hoje. Nós voltamos dia primeiro de fevereiro e votamos vários projetos nesta Casa. Quero aproveitar também a

oportunidade para que nós possamos decidir uma data, agora, o mais breve possível, para voltar presencial, nesta Casa, está demorando muito; todas as assembleias estão voltando presencial. Nós precisamos voltar ao presencial aqui no plenário e também em todos os setores da Casa. Esse é o meu pedido ao Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 031/23 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do temporal ocorrido na Baixada Santista, em São Paulo, e a Brian Grandi, que se encontra desaparecido após o rompimento de ponte pênsil no município de Torres.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Queremos registrar a presença do Ver. Alison Jonas da Silva, de Gravataí, seja muito bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, boa tarde a todos. Infelizmente, durante o nosso fim de semana, nós passamos por alguns problemas gravíssimos, como o rompimento da ponte que liga Passo de Torres a Torres, onde uma pessoa está desaparecida, tivemos um acidente muito triste, e também a chuva de São Paulo. Com relação à chuva de São Paulo, um fato terrível, enquanto no tempo do Bolsonaro ele liberou R\$ 700 milhões, o Lula, numa brincadeira ou por um erro, liberou apenas R\$ 2 milhões para São Paulo, isso é um deboche. Vou utilizar o nosso tempo de liderança aqui para fazer um breve resumo de algumas realizações do governo Bolsonaro.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Resumo das realizações do governo Bolsonaro no que se refere às propostas para retomada da indústria e

geração de empregos: 5,3 milhões de empregos gerados desde julho de 2020, saldo positivo de 1,3 milhão de empregos somente em 2022, menor índice de desemprego desde 2015, 9,3%; são 8,1 milhões de empresas abertas em apenas três anos, média de 2,7 milhões de empresas por ano; nos governos do PT, foram 8 milhões, em 14 anos, média de meio milhão por ano; os Programas de Preservação do Emprego salvaram 10 milhões de empresas da falência, tributos federais zerados sobre a gasolina, etanol hidratado e diesel, lei para a redução obrigatória do ICMS sobre combustíveis, eletricidade, telecomunicação nos Estados. Redução do IPI em até 35% para a maioria dos produtos fabricados no Brasil, redução de IPI para automóveis, criação da Secretaria de Atenção Primária em Saúde do Departamento de Saúde da Família, Programa Médicos pelo Brasil, informatização do serviço de saúde com o Conecte SUS, R\$ 333 milhões para contratação de profissionais da área de saúde, conclusão das obras de UPA e outras unidades de saúde e clínicas da família, R\$ 626 bilhões investidos exclusivamente no combate ao covid-19 – olha o investimento do governo Bolsonaro durante a pandemia –, R\$ 28 bilhões para aquisição de vacinas contra a covid, 600 milhões de doses – olha para quem fala que o Bolsonaro é genocida, olha o que o genocida fez aí –, R\$ 375 bilhões em repasses gerais para estados e municípios investirem em saúde. Piso salarial nacional da enfermagem, enfermeiros, técnicos, auxiliares e parteiras, concessão de pensão vitalícia a crianças que sofreram com zika vírus, rede atenção materno-infantil para o cuidado de mulheres e crianças, Cuida Mais Brasil, Programa Mães do Brasil. Reajuste histórico de 33% para professores da educação básica, R\$ 275 bilhões para as escolas públicas; só em 2021, R\$ 178 milhões foram destinados para a formação de professores, via Capes. Foram repassados R\$ 13 bilhões ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, R\$ 6,8 bilhões repassados ao Programa Nacional do Livro Didático, R\$ 2,2 bilhões repassados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, R\$ 24 bilhões investidos em educação básica, perdão da dívida do Fies até 99% do valor, mais de 80 mil alunos matriculados nas escolas cívico-militares. R\$ 5,4 bilhões investidos em segurança entre 2019 e 2021, menor número de assassinatos desde 2011, maior redução do número de homicídios na história recente, mais de R\$ 1,5 bilhão para as polícias estaduais; prejuízo de R\$ 30 bilhões ao crime organizado, criação do Programa Vigia, desarticulando o tráfico de fronteiras, intensificação do número operações da Força Nacional. Eu vou continuar na próxima sessão. Só quero dizer para vocês o seguinte: enquanto o Bolsonaro trabalhou muito nesses quatro anos, o Lula, em 30 dias, está desmontando o nosso País com problemas e a nomeação de pessoas desqualificadas para administrar o Poder Executivo federal. Faltam apenas três anos e dez meses para acabar o governo Lula.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Calma, calma, hoje ainda tem muita discussão! Presidente Sossmeier, meus caros colegas; primeiro, agradeço o tempo cedido pelo nosso líder Gilson Padeiro. Quero tratar de um tema, fiz um requerimento agora há pouco, para que nós pudéssemos apreciar em plenário, porque é um tema urgente e diz respeito à vida real de todos os porto-alegrenses e de todos os brasileiros. Está sendo discutida no Congresso Nacional, está sendo anunciada, inclusive, celeridade para a reforma tributária. Uma reforma tributária que mudará significativamente como o brasileiro paga os seus tributos, como o poder público gere esses recursos, muito especialmente os municípios. Quando a gente fala em reforma tributária, pode parecer algo muito distante da população, mas é aquilo que impacta e impactará o dia a dia dos serviços mais básicos prestados muito especialmente pelos municípios. Conversei hoje com o prefeito Sebastião Melo, e a proposta foi que nós pudéssemos criar nesta Casa, de forma célere, de forma rápida, uma frente parlamentar que trate a respeito da reforma tributária e seus impactos na cidade, no município de Porto Alegre, para que nós possamos, no período dos próximos 90 dias, discutir qual será o impacto na possível retirada do imposto sobre serviços para a União, qual será o impacto da reforma tributária na prestação dos serviços mais básicos à população de Porto Alegre. Espanta-me muito, inclusive, que o grupo criado na Câmara, Ver. Oliboni, do PT, não tem sequer uma mulher, um negro e nem representantes dos três estados do sul. Não há na Câmara Federal, não há representatividade da população de forma geral e muito especialmente daqueles que pagam a conta, Ver. Cassiá. Em dados de 2021, para que vocês tenham uma noção, o Rio Grande do Sul mandou para a União, R\$ 57 bilhões. Sabe quanto recebeu de volta da União? Recebeu R\$ 13 bilhões, menos R\$ 44 bilhões daquilo que encaminhou para Brasília. Santa Catarina, nosso estado vizinho, sofre o mesmo drama. Mandou, para a União, R\$ 71 bilhões e recebeu de volta apenas R\$ 11 bilhões, ou seja, um déficit de R\$ 60 bilhões dos recursos que os catarinenses encaminharam a Brasília foram devolvidos para aquela população. O Estado do Paraná, a mesma coisa: encaminhou para União R\$ 61 bilhões, recebeu o R\$ 20 bilhões, um déficit de R\$ 40 bilhões. Os estados do sul pagam a conta, mas não podem participar das discussões sobre a reforma tributária, que lhes interessam diretamente para prestar serviços à população. E essa reforma que está sendo discutida, todos nós aqui aguardávamos há muitos anos a reforma tributária, para que tenhamos redução de impostos, para que tenhamos a simplificação de como o cidadão e as empresas podem pagar os seus tributos, há um cálculo que diz que as empresas, por exemplo, demoram mais de 1.900 horas apenas para fazer a contabilidade dos seus tributos e são mais de 90 tributos que nós temos neste País. É uma afronta ao pacto federativo, Vereador-Presidente Sossmeier, o que está sendo discutido no Congresso. Cinquenta e oito por cento dos recursos dos tributos que os brasileiros pagam ficam com a União; 24% com os estados e meros 18% com os municípios. E há aquela frase célebre de Franco Montoro que dizia que todos nós, cidadãos, vivemos nas cidades, não é no estado, não é na União. É no município que nós trabalhamos. É no município que nós estudamos. É no município que nós temos a nossa família, que nós temos a nossa casa. E os recursos que nós pagamos e impostos não retornam para os municípios de

forma satisfatória, e agora querem retirar, ainda, um dos poucos impostos municipais que dão garantia aos municípios de cumprirem o seu dever constitucional, que vai desde saúde básica, educação infantil e tantos outros serviços que são fundamentais à população. A reforma tributária que está sendo discutida em Brasília e que querem dar celeridade, infelizmente, é uma reforma tributária que é mais Brasília e menos Brasil, e isso impacta diretamente a vida de todos. E nós, como Legislativo, como Casa representante de todos os porto-alegrenses, precisamos também nos posicionar e avaliar o impacto dessa reforma caso aprovada nos serviços mais básicos prestados à população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Por uma questão de elegância e coleguismo com o Ver. Ramiro Rosário, quero salientar que ele estava na tribuna sem a gravata. Eventualmente, podemos estar, esperei ele terminar o pronunciamento para fazer, depois, a observação. Só isso, obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado pelo registro.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Agradeço o coleguismo do Ver. Pedro Ruas, e assim farei também em outras oportunidades. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão; vereadoras e vereadores; público que nos dá a honra; eu, rapidamente, quero passar por um tema e chegar num outro, Ver.^a Mônica Leal. Nós temos notícias do prefeito Sebastião Melo de que temos, Ver. Cassiá, o Plano Diretor em projeto e em debate, pelo menos em projeto de ideias, não digo no papel, não digo na Casa, mas já há. Bem, talvez haja no papel, talvez, Ver. Oliboni, tenhamos nos próximos dias, talvez até já esteja. O que nos importa é que o Regimento prevê, no art. 63-A, para esses casos – e isso é muito importante –, para todas as bancadas, Presidente, a formação de uma comissão especial da Câmara, proporcional, para acompanhar esses trabalhos. Eu acho muito importante fazer da tribuna esse requerimento, eu sei que V. Exa. tem sensibilidade para o tema, o Plano Diretor é a cidade, é a cidade no seu futuro, é a nossa responsabilidade, então, reitero aqui esse requerimento que alguém já fez, não sei se o Ver. Oliboni já o teria feito, não me lembro, ou o Ver. Márcio Bins Ely, alguém já o fez, mas eu reitero da tribuna a importância da comissão especial para toda a Câmara, para todos os partidos que a integram.

O meu segundo tema, Presidente Sossmeier, é a Carris. Eu tive contato com os trabalhadores da Carris, a pedido, exatamente nesse período de carnaval, e fiquei

alarmado, porque a Carris – Ver.^a Mônica Leal, que me honra com a sua atenção –, nesse processo de destruição em que o prefeito quer a privatização, enfim, está passando por problemas inimagináveis. Por exemplo, não há mais a manutenção dos ônibus; e quando ela é feita, é feita pelos trabalhadores que são motoristas ou cobradores, eles não têm o conhecimento necessário, não há as peças necessárias. O risco para quem anda de ônibus, Ver. Oliboni, e para quem, de alguma forma está na rua, é gigantesco. São peças improvisadas, o trabalho não é bem feito, porque não são trabalhadores especializados em mecânica e em motor. Então, enquanto existir a Carris, e nós queremos que exista para sempre, ela tem que ser tratada como uma empresa necessária, útil, importante e vital para Porto Alegre. Ou seja, ela tem que ser bem tratada enquanto existir. Não é possível que nós tenhamos, no setor de mecânica, os ex-cobradores de ônibus trabalhando na mecânica. Não funciona assim uma empresa da importância da Carris, aliás de nenhuma empresa, particularmente da que tem mais ônibus em Porto Alegre. Eu quero deixar aqui essa denúncia a pedido das trabalhadoras, dos trabalhadores da Carris de que fizemos, de fato, aqui na tribuna esse alerta. Nós podemos estar próximos a um acidente de graves proporções simplesmente por falta de manutenção. Isso é inadmissível, e nós, na Câmara, temos o dever de denunciar e fiscalizar esse tema. Muito obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton Sossmeier, na pessoa de Vossa Excelência, cumprimentos os demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara; senhoras e senhores, venho a esta tribuna também corroborar com o tema Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, aliás, que está atrasado por conta da pandemia. A última revisão do Plano Diretor foi em 2010, quando então eu ainda era presidente do Conselho do Plano Diretor e secretário de Planejamento, e estivemos a oportunidade de fazer a última revisão. Mas realmente uma informação que me tranquiliza, Ver. Pedro Ruas – que me antecedeu também abordando essa pauta –, é de que todos os partidos e todas as representações de blocos estarão presentes na comissão do Plano Diretor. Então isso é importante porque nós poderemos colher a contribuição de todos, e isso é algo muito relevante, e muito importante porque, como foi dito aqui, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental é a espinha dorsal do desenvolvimento urbano. Nós temos uma série de gravames viários, nós temos uma cidade que tem 74 quilômetros de orla, 44 morros, uma série de situações da topografia da cidade que merecem toda nossa atenção. Nós temos as áreas livres permeáveis de vegetais que já foram implantadas aqui que podem ser aperfeiçoadas. Acredito que esta fase de constituirmos ali um IPTU verde, os telhados com energia solar, os paredões verdes, o resgate da água da chuva, uma série de ações que podem permitir também aí uma

interlocução com o desenvolvimento sustentável da cidade – eu acredito que isso é muito relevante, muito importante. Nós precisamos que a cidade cresça, se desenvolva, gere emprego e renda sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações, e isso é possível, ainda mais com marco regulatório do saneamento, que é algo também muito significativo no que diz respeito ao tratamento dos nossos esgotos. Nós permitirmos aí, quem sabe, Ver. Oliboni, um diálogo com a balneabilidade das águas de Ipanema para lá, já seria um avanço significativo para a cidade, nós termos ali na praia de Ipanema a balneabilidade devolvida. Essa é uma pauta que, de alguma maneira, precisa retornar porque as pessoas têm isso na memória, e eu falo em nome de uma ou duas gerações anteriores a minha, os meus pais tomavam banho ali no Guaíba, na Pedra Redonda. Então, acho que é muito importante, muito oportuno que a gente possa trazer isso para o debate, mas, obviamente, a questão da ocupação dos espaços urbanos, as áreas de ocupação intensiva, a valorização de determinadas regiões da cidade que têm proximidade com equipamentos públicos importantes, como foi o debate ainda no ano de 2021, ali no início dessa legislatura a respeito da revitalização do 4º Distrito. O 4º Distrito, digamos assim, fica próximo do aeroporto, próximo da rodoviária, próximo da área central, próximo das principais saídas e entradas da cidade, está ali degradado, porque existem muitos gravames de patrimônio cultural edificado. Temos aí o bairro Petrópolis, que é um outro entrave no desenvolvimento urbano, ali tem uma mancha praticamente congelando um bairro inteiro. Como pode um bairro inteiro ser classificado como patrimônio cultural edificado? Uma coisa – não é, Ver. Tiago? – é a catedral, nós não vamos permitir uma edificação ao lado da catedral, ou que possa ofuscar o Gasômetro, mas dizer que todo um bairro é patrimônio cultural edificado é um exagero.

Então, todo esse trabalho deve ser refeito, a questão da ciclovia hoje presente na cidade, a qualificação dos espaços de uso urbano coletivo, essa questão envolvendo a regularização fundiária e as inúmeras vilas e ocupações clandestinas e irregulares da cidade. Nós precisamos ter uma resposta, nem que se abra uma janela, as pessoas precisam ter o direito a uma moradia digna, ter um documento, uma matrícula de propriedade. Então, tudo isso, sem contar as áreas de risco, onde muitas pessoas vivem hoje, está aí o exemplo ali em São Sebastião, em São Paulo, as áreas de desmoração. Aqui, em Porto Alegre, temos muitas áreas ocupadas embaixo de fios de alta tensão, Presidente, áreas de risco. As pessoas não podem morar embaixo de um fio de alta tensão. Na hora em que escapa um fio de alta tensão daqueles, vem rasgando tudo que estiver embaixo.

Portanto, ficam essas considerações para um primeiro momento. Acho que vamos ter um debate muito aprofundado, alturas, afastamentos, sacadas, taxas de ocupação, tudo isso. Até se viu, bem arrojado, o índice 4, no 4º Distrito. Hoje, na regra geral, o índice é 3. Falar em índice 4 ou 5, por que não? A compra da outorga construtiva também é hoje muito presente em centros urbanos e áreas de ocupação intensiva. Mas agradeço a atenção e venho corroborar com essa pauta porque acho que é uma pauta que vai estar no debate da agenda positiva da cidade e, em breve, estaremos

constituindo a comissão específica para tratar desse assunto. Pela atenção, muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cássia Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras. Esses dois temas que surgem aqui, um, do Plano Diretor, em que eu já vi umas três ou quatro vezes o Ver. Oliboni subir à tribuna e falar. Ver. Oliboni, não pode ser aquela coisa truculenta que vocês fizeram no passado em Porto Alegre: invadindo a Câmara, correndo o Jaime Lerner daqui da cidade. Não queriam nada na orla, que agora está bonita, agora vocês vão lá e fazem festa. Ou seja, não pode ser aquilo. Se o amigo está suscitando a Câmara para atropelar um processo onde venha o radicalismo que vocês fizeram no passado, isso nós vamos deixar. E além disso, quem vai votar é a Câmara, finalmente vai votar aqui um Plano Diretor avançado, olhando para frente, porque tem a maioria aqui progressista, no sentido de ver uma cidade que possa gerar emprego, renda, cuidar do cidadão, olhar o bairro e pensar também no lazer, no esporte, na cultura – é esse Plano Diretor que queremos, nada de truculência; truculência traz um péssimo Plano Diretor. Agora, através do diálogo, do bom debate e da votação aqui da maioria desta Casa, que é soberana, vamos fazer um Plano Diretor, olhando para frente, para o futuro, para uma cidade que vai crescer muito, e tem muito a crescer ainda.

Quero aproveitar também para falar sobre um outro tema importante que o Ver. Ramiro trouxe aqui, e até vi o prefeito falar que nós devemos fazer uma comissão. Mas também devo lembrar: tem um gaúcho que é presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Ziulkoski, que não o ouvi falar ainda, mas, no ano passado, ele falava muito, falava muito, Bobadra, quando era outro governo. Agora, quero ver o Ziulkoski gritar para fazer uma reforma tributária que não prejudique os municípios – essa eu quero ver. Vai ser um debate muito bom, Ramiro; o teu tema é muito bom, é um tema para o qual queremos ver os prefeitos engajados em Brasília, fazendo caravana em Brasília, porque, senão, serão enganados. Não confio nessa esquerda que está lá, porque serão enganados. Eu quero ver o nosso amigo, Ziulkoski, gaúcho, reivindicar a favor dos municípios, que aqui fique os valores para gerar emprego, renda, desenvolvimento, é isso que nós queremos. Não adianta estarmos discutindo com o radicalismo, temos que fazer um discurso com sabedoria, com razão, com objetivo. Presidente, não se preocupe que eles querem forçar a Câmara a fazer isso e aquilo, eles querem é direcionar esse processo que nós já sabemos qual é o direcionamento que eles fazem e que sempre fizeram na capital. Faça uma comissão boa, nós estaremos aí unânimes em apoiar, mas sem radicalismo, olhando Porto Alegre para o futuro, porque aqui a maioria quer e está satisfeita com as coisas que melhoraram na nossa terra, na nossa capital, conseqüentemente é aqui que o cidadão vive, onde ele quer as melhorias, aqui é onde

ele quer que fique o dinheiro, na capital gaúcha, em todos os municípios do nosso Estado, em todos os municípios do País, para geração de emprego e renda. É nesse sentido que nós temos que discutir, sem radicalismo – volto a frisar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras e vereadores, novamente, os temas de acidentes naturais retornam à pauta, retornam à mídia – muitos discursos e artigos tratando da questão. Em 2022, nós tivemos 11 acidentes naturais no País; 380 pessoas, aproximadamente, mortas; 240 mil envolvidas diretamente com essas catástrofes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Pois é, a Constituição assegura os direitos sociais, e se observa sempre a distribuição de cestas básicas, medicamentos, água, roupas, as pessoas sensibilizadas fazem as suas doações. Adiantam o auxílio-social, o direito ao fundo de garantia. Passado esse impacto, nós observamos que, de vez em quando, vem à imprensa pessoas reclamando que não receberam a sua indenização, no sentido de ter uma moradia, de ter as suas poucas mobílias. Muitas vezes, são pessoas que estão nas encostas, foram permitidos esses avanços; outras buscam morros porque a vista é importante, então lá se vai a construção de condomínios, outros tipos de construções avançando as áreas que, depois, a natureza se encarrega de trazer morro abaixo. Não será diferente nessa tragédia em São Paulo, em que as pessoas ficarão vivendo novamente de auxílio do governo, dos impostos que nós, da classe média, repassamos, entre outros. E responsabilizar a quem? A justiça se manifesta, fala na Carta Magna, mas não se vê responsabilização, não se vê, não podemos minimizar, não podemos acabar com essas tragédias, mas providências, sim, podem ser tomadas, tanto que a carta de 2040, aprovada lá em 2016, até 2019, no PPA, envolvendo os ministérios que tratariam da transversalidade dessas questões elenca diversas providências, entre estas, a ampliação de uma comunicação no caso de tragédias, como tem nos países onde tem terremotos. Nada disso se observa que foi feito, nem em Teresópolis, no Rio, onde houve novamente a questão, e não se seguiram estas orientações na prática; fica nas teorias, ficam os gestores públicos cronometrando, medindo a quantidade de água, mas o que foi feito, o que está sendo feito, se todos aprovaram no PPA nacional a carta 2040? Então fica a repetição, os dramas, e se viu uma família que conseguiu salvar os filhos, e foi um depoimento até bem comovente do pai das crianças, que o cachorrinho bateu na porta e a esposa abriu e veio a lama para dentro de casa, conseguiram pular e salvar os filhos. A gente está aqui longe não imagina o drama que é passar por uma situação dessas, sem falar nos óbitos. E mais ainda: quem está preocupado com as áreas permeáveis nas encostas, onde tem moradias, do avanço das cidades; quando se fala em meio ambiente, se é criticado, as pessoas não querem falar; a expansão das cidades, a

tubulação é a mesma e colocam residências e mais residências. Reflorestar também, não se fala! A mitigação dos entornos, como é que está sendo feita, como é que isso acontece? Realmente, esses temas são importantes se discutir e não ficar na mesmice. Mas o Plano Diretor, muito importante, o Bins Ely falou: vamos ao debate! Ao debate de quem escolheu bairros para morar, morar em residências, ou seja, horizontal, e nesses bairros nós temos que começar a tratar do impacto de vizinhança, nós temos que começar a valorar o custo que é morar no horizontal e, de repente, levantarem um vertical e acabarem com a tua sombra, com a tua privacidade, com tudo aquilo que você projetou e você pagou. Então vamos ao debate muito importante, o Plano Diretor para os bairros também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; os que nos assistem pela TVCâmara; os que estão aqui conosco nas galerias, eu ocupo este espaço – obrigada, Ver. Giovani por me conceder este espaço de liderança – para refletir aqui com vocês. Nós estamos há mais de uma hora nesta sessão de quarta-feira de cinzas, neste período em que estamos aqui, mais de três mulheres foram agredidas. Não sou eu que estou dizendo, são os dados oficiais publicados pela Secretaria de Segurança Pública, estampados na capa da Zero Hora de ontem. São dados alarmantes, a cada quase uma hora, e nós imaginarmos, não é Giovani, todas essas mulheres agredidas.

Nosso Estado é o quarto Estado que mais mata as mulheres. Cabe a pergunta, especialmente aos homens: O que acontece? Por que a essa sociedade patriarcal interessa subjugar, oprimir e matar as mulheres? A quem serve esse tipo de conduta? Parem de nos matar! Não é possível que a gente abra o jornal, ligue um rádio e não passa de notícias, para cada um de nós. Ouvimos, assistimos às notícias, e o que estamos fazendo para combater, verdadeiramente, essa pandemia que continua a deixar órfãos do feminicídio?

O que vai ser de um Estado, de uma cidade que mata as suas mulheres, simplesmente porque são mulheres. É estarrecedor, toda semana nós temos que ocupar esta tribuna e chamar atenção, porque este problema não é um problema meu, não é um problema seu, Ver.^a Mônica, por ser nossa procuradora da mulher. Não é um problema individual, este é um problema de uma sociedade toda, ou nós assumimos este desafio de combater, e o combate passa pela nossa consciência, pelas nossas atitudes, mas, fundamentalmente, por um estado que assuma o seu compromisso de, de verdade, enfrentar o problema da violência que assola as mulheres. Nós apresentamos aqui nesta Casa um projeto de combate à violência, Não é Não – Mulheres Seguras, e vários outros tantos projetos de outras vereadoras, outros vereadores que estão nesta Casa. Eu pedi ao Presidente Sossmeier, assim como para a Ver.^a Mônica, para que a gente concentre a

votação na semana do Dia Internacional da Mulher e para que, de verdade, a gente consiga andar um pouco à frente e que esta Casa possa, efetivamente, ajudar no combate, que não possa ficar só na denúncia, que, efetivamente, se tomem medidas para que se possa avançar. Eu, portanto, deixo aqui, mais uma vez, este pedido público, Presidente Sossmeier.

Eu não quero deixar terminar o meu tempo sem aqui, também, refletir sobre a nossa situação do Carnaval. Esses quatro dias que nós passamos nós tivemos notícias não tão alegres para um período que teria que ser de alegria, extravasada de um povo que ficou mais de dois anos represados por conta da pandemia, por conta de falta de infraestrutura e os nossos foliões, as nossas folionas vão às ruas e enfrentam os problemas como tivemos na Cidade Baixa, uma falta de estrutura que a Prefeitura não apoiou, poucos banheiros, não tivemos condição de apoio financeiro para o som. No entanto, nós tivemos uma estrutura de policiamento despropositada para quem estava ali para se divertir e ter que assumir isso. E eu falo, Ver.^a Nádia, por conta de que me chama atenção essa questão da segurança, da qual você é oriunda, um policiamento tão ostensivo num espaço de festa. Ao mesmo tempo, Ver.^a Mônica, me chama atenção a falta de uma segurança, para concluir, em Torres, por exemplo. Eu estava lá, como a senhora, eu estava hospedada em frente à ponte, não tinha um policial para organizar uma festa que nós sabíamos que, no domingo, foi em Torres e, na segunda, era no Passo de Torres, e não tinha nenhum policial para ajudar ali, para orientar que não podia ter mais de 20 pessoas naquela ponte. Eles não são os culpados, obviamente; eu não estou culpando ninguém. Hoje, ao ver o jornal e ver que o prefeito disse assim: “Estou pensando, em períodos de festa, em fechar essa estrutura.” Não, não é para fechar, é para criar mais estrutura, isso sim, prefeito Carlos. Nós precisamos ajudar, inclusive, porque o nosso povo vai eventualmente para o litoral. Nós precisamos que o litoral também tenha mais uma estrutura e que a gente passe a pensar mais sobre a segurança. Eu quero vestir o abadá da folia, eu quero vestir o abadá da alegria e não da tristeza de, após o carnaval, lamentar os ocorridos, tanto aqui na Cidade Baixa como no litoral, em que ainda temos um jovem que não foi encontrado. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, quero aqui me dirigir aos moradores da capital que não puderam curtir o carnaval dos blocos na cidade. Infelizmente, o prefeito Melo governa de costas para a cultura popular, não destinou um real! Não tinha caminhão de som! Fui domingo ali na Lopo Gonçalves, porque estava no calendário que teria um bloco; cheguei lá, não tinha som. Legiões e legiões de foliões querendo curtir a cultura popular. Chegavam com seu *cooler*, seu isopor, tinham que voltar para casa. Já tinham gasto com passagem de ônibus, gasto com Uber, voltaram para casa. Essa é a Secretaria da Cultura? Essa é a

Cultura do Sebastião Melo? Não tinha banheiro químico em nenhum lugar, mas, curiosamente, quando tinha os malandros acampados na frente do quartel, na praça – por lei, não pode ter banheiro químico na praça –, tinha banheiro químico. Custava R\$ 10 mil, diariamente, para manter aqueles banheiros químicos ali. Nós fomos atrás para ver o preço. E o prefeito não colocou infraestrutura. Ontem, novamente, fui também ao carnaval do bloco que saiu na Washington Luiz, e ali também não tinha som, amplificação. Era só o som dos tambores, e o pessoal cantando na garganta, acústico. E não tinha banheiro químico, e não tinha a Prefeitura presente! Aí o prefeito, olhem só o prefeito hoje no seu Instagram, foi lá e colocou assim: “Obrigado, garis, por limparem a cidade suja pelo carnaval. As pessoas sujam”. Prefeito, carnaval no Brasil já gerou 4% do PIB; hoje gera 2,64%, porque o bolsonarismo desinvestiu. Sabe o que é que gera, prefeito Melo, vou lhe dizer: Salvador, Rio de Janeiro lota, superlota os hotéis, gera muito emprego na rede hoteleira. Restaurantes, turismo, motoristas de Uber particular, vans, guias turísticos, agências de turismo, empresas aéreas; Prefeito, carnaval gera renda. Eu acho que o senhor não conhece a seguinte frase: economia criativa. Dá um Google aí; o senhor, o vice-prefeito, deem um Google, como vocês, bolsonaristas, gostam de dizer, dá um Google. Procura lá! Só a estimativa deste ano: o carnaval gera, no Brasil, R\$ 8 bilhões, é quase a receita de Porto Alegre. A receita anual de Porto Alegre é de cerca de R\$ 10 bilhões. Sabe quanto gerou de empregos no Brasil, este ano, a economia criativa do carnaval apenas? Gerou 4,9 milhões empregos diretos. Não estamos falando dos indiretos, e o prefeito aqui não investe. Era só o prefeito pegar R\$ 500 mil e colocar nos blocos, incentivar, trazer turismo. Aí o prefeito, diz: “Não, vou revitalizar o Centro Histórico para fazer turismo”. Ele está há dois anos com essa cantilena, era muito fácil transformar Porto Alegre, Região Metropolitana, atrair todos os foliões, das conurbações aqui, da nossa cidade, mas, não, o prefeito não tem esse interesse. Ele é contra a cultura popular, tanto é que agora ele está indo nas escolas de samba, dizer que botou dinheiro no carnaval. Foram os vereadores desta Casa que, via emendas, que estão garantindo, prefeito Melo. O senhor não tem vergonha, não tem!

E quero, para completar aqui, dizer àqueles vereadores que vieram antes falar: reforma tributária, reforma tributária! Eles estão preocupados que tenha imposto sobre o jatinho, sobre o *jet ski*, sobre iate, sobre dividendos da bolsa de valores, sobre as grandes fortunas deste Brasil e taxaço das grandes heranças que a gente precisa taxar. Precisa taxar, a gente precisa distribuir renda neste País. Podem crer que o PT vai lutar muito para que o mais pobre seja olhado nessa reforma tributária e não os que já acumulam milhões e milhões de reais, inclusive, sonegam. Até agora teve um escândalo, Americanas, parece que é Americanas o nome da empresa, bilhões e bilhões de reais que fazem falta para a saúde, para a educação, para a segurança. Então, olho aberto, gente, e, quando a direita não quer reforma tributária, ela não quer direitos para o povo.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do Requerimento nº 017/23, sendo novamente priorizado na sessão ordinária prevista para a próxima quarta-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Mário Fernando Gonçalves, vice-coordenador da Pastoral de Iniciação à Vida Cristã, na Igreja São Jorge de Porto Alegre, ocorrido no dia 20 de fevereiro.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, gostaria de falar sobre duas coisas. Primeiro, gostaria de corrigir o Ver. Jonas, que não existe pagamento, por parte do prefeito municipal, de banheiros químicos na questão das manifestações em frente ao Exército.

Segundo, gostaria de fazer um requerimento, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 053/19. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 053/19, passar à votação do Requerimento nº 027/23. Após retornaremos à ordem normal.

Aproveito para fazer constar que a nossa solicitação, o nosso requerimento, conforme nós ajustamos pelo SEI, aponta, na verdade, que, no dia 27, tenhamos homenagens aos 15 anos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e que, nesse contexto, nós concedamos a honraria Porto do Sol à reitora professora Lúcia Pellanda. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, que solicita que o Requerimento nº 027/23 seja o segundo a ser apreciado na Ordem do Dia da presente

Sessão. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB) – às 15h34min):
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 03 e 04, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 053/19.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0097/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 053/19, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina a fixação no solo com peso extra nas bases das goleiras que se destinam a práticas esportivas nos espaços públicos e privados do Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 10.721, de 7 de julho de 2009. **(SEI 087.00190/2019-15)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Valter Nagelstein: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- incluído na Ordem do Dia em 22-02-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 053/19. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier; boa tarde a todos os colegas, boa tarde ao público que nos assiste pela TVCâmara e aqui também. Primeiro, eu quero agradecer aos colegas por nós podermos ter colocado em primeira votação esse projeto. Acredito que é o projeto mais importante desse nosso início de ano legislativo; um projeto que cuida de vida, um projeto fala que nós, parlamentares, devemos estar atentos a tudo o que

acontece às nossas voltas. A prática esportiva é componente da história cultural de todo brasileiro, e não é diferente aqui em Porto Alegre, é rotina mensal, diária. Nós podemos listar os locais de práticas desportivas, principalmente de futebol, na formação do povo brasileiro, do povo porto-alegrense, em todos os lugares: nas pracinhas, nos campos, nas várzeas, nos condomínios, nos clubes, nas praias, na serra. No entanto, a gente sabe que existem, sim, alguns causadores de problemas, de ocorrências em que se perdem vidas no momento do futebol, e que dizem respeito exatamente a goleiras. Goleiras que não estão afixadas e que, com uma batida mais forte, com uma criança se pendurando – aqui tem vários professores, sabem que as nossas crianças e adolescentes são ágeis, são rápidos, são brejeiros –, quando uma criança se pendura em uma goleira que não está afixada, essa goleira cai; e, quando essa goleira cai, se ela caísse apenas na grama, na areia, no solo, não teríamos problemas, mas nós temos visto que, infelizmente, essas goleiras têm caído sobre os corpos frágeis, sobre as crianças, que acabam perdendo a sua vida naquele momento, pois as goleiras caem na cabeça, ocorrendo uma fratura craniana; no tórax dessas crianças, e não raras vezes – não raras vezes! – nós temos visto esse tipo de acidente acontecendo. Como parlamentares, ao escutar pais, mães – eu sou mãe, tem várias mães e pais aqui também neste plenário –, nós não podemos nos calar. Mais do que isso, nós não podemos ficar de mãos para trás, atados, sem discutir algo que diz respeito à vida, e a vida é o que mais nos interessa. E aqui eu trago, para aqueles que acham que goleiras não matam crianças e adolescentes, casos que aconteceram: “Um acidente com goleira de quadra de futsal, em Caxias, um jovem internado em estado grave, Douglas Schmidt de 14 anos, que estudava na Escola Estadual Irmão José Otão. Polícia investiga queda de goleira em cima de menina de 7 anos, em Sapiranga. Queda de goleira provoca morte de homem [não é criança, nem adolescente, é um adulto] em Lagoa Vermelha; o incidente ocorreu durante o jogo de futebol quando a goleira caiu. Estado terá de indenizar família de jovem morto após queda de trave de futebol aqui em Porto Alegre. Trave de futsal cai e provoca fratura em aluno em Rio Pardo”. Garoto de Cambé, aqui já é Londrina, mas trago de Porto Alegre, de Ponta Grossa, de tantos lugares em que isso acontece. E trago aqui o caso da Marina, que tinha 11 anos, o último caso de que nós temos aqui conhecimento, ela cursava o quinto ano do ensino fundamental, no Colégio Anchieta, filha do Rogério e da Adriana, irmã do Lucas, que, no dia 29 de outubro de 2022, brincava na quadra de esportes do seu prédio, quando uma das goleiras caiu sobre ela e ocorreu a fatalidade. Lamentavelmente a goleira não estava fixada no solo e não contava com nenhum dispositivo de segurança capaz de evitar a queda sobre aquele corpo frágil. Trata-se de um fato que estatisticamente gera um grande número de mortes, mais do que em mortes de afogamento em piscina.

Esse projeto de lei vem suprir essa lacuna. O Ver. Claudio Janta está juntamente comigo, apoiando totalmente, e eu o faço por entender, enquanto policial militar, quantas ocorrências são atendidas; por entender, enquanto professora, que crianças podem se machucar na escola; por entender, enquanto vereadora, que esse é o meu papel e o nosso papel; e por entender, mais por ser mãe e não querer que aconteça com um filho meu o que aconteceu com a Marina. Esse projeto de lei supre essa lacuna

para proteção de vidas, da integridade física de inúmeras crianças que diariamente brincam e praticam esportes em espaços públicos e em espaços privados. Não há multa, não há dinheiro que pague a vida de uma criança, a vida de um filho nosso.

Por isso eu peço que os colegas vereadores aprovem, por unanimidade, essa que será uma lei que vem a cuidar de nossas crianças, e o nome da lei será Marina Fallavena, em homenagem a essa menina que perdeu sua vida, e nós poderemos salvar muitas outras vidas em Porto Alegre, com essa lei. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL n° 053/19.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Boa tarde, Sr. Presidente, ilustres colegas. É um assunto importante a questão da segurança dos nossos pequenos especialmente, mas também, como citado pela Ver.^a Nádia, dos adultos, que também podem ser vítimas desse problema. Venho a esta tribuna para reforçar que apoiamos o projeto no sentido de trazer mais segurança para as nossas crianças, lembrando que já existe uma lei do tempo do prefeito Fortunati, em 2009, a Lei n° 10.721, mas que versava apenas sobre os espaços públicos; por isso essa lei do Ver. Janta e da Ver.^a Comandante Nádia, revoga àquela e coloca também os espaços privados nessa medida de segurança. Nos debruçando sobre o projeto apresentado a esta Casa, a minha líder, Ver.^a Mari Pimentel e eu, juntamente com a nossa bancada, resolvemos propor duas emendas que os senhores e senhoras têm no nosso sistema interno. Na Emenda n° 03, a gente está inserindo, em resumo, que a primeira visita da fiscalização estatal seja de caráter educativo, pois essa inclusive foi uma demanda de algumas conversas que o meu gabinete teve com médicos do Simers, para que tenhamos uma junção de forças entre o poder público e a iniciativa privada, os proprietários, por exemplo, de quadras poliesportivas, de condomínios, escolas privadas, e assim sucessivamente, pois a ideia é proteger a vida das crianças, mais do que criar uma medida... Ao invés de criar uma medida arrecadatória, criar uma medida que possa até mesmo botar mais um peso sobre o Executivo municipal, a primeira visita, diz a nossa Emenda n° 03, é de caráter informativo, instrutivo, com apontamento por escrito das irregularidades, bem como das providências que deverão ser tomadas pelo fiscalizado e o prazo para cumprimento dos apontamentos. O parágrafo único que diz que a aplicação da multa do artigo segundo apenas terá cabimento após a fiscalização, então, de caráter informativo, instrutivo de que trata o *caput*. Então, essa é a Emenda n° 03, para a qual pedimos apoio, que passa para a sociedade, Ver. Mauro, de Porto Alegre, que esta Casa quer proteger crianças e, na ideia de alguns médicos do Simers, quer convergir para isso, muito mais do que criar um aparato estatal que vai ficar fiscalizando no sentido punitivo – tem que fiscalizar. Aí vem a segunda emenda, que muda o valor da multa. Após essa primeira ida e essa fiscalização, essa notificação, caso continue a irregularidade, o projeto inicial previa multa de mais de R\$ 6.000,00. No nosso entendimento, é excessivo. Por

exemplo, a maior multa da Lei Kiss é de R\$ 2.734,91; dirigir veículo automotor alcoolizado, a multa máxima é R\$ 2.934,00. Por isso, a gente entende que, dentro da razoabilidade e da proporcionalidade, uma multa eficaz seria a de 100 unidades financeiras municipais, o que significa R\$ 500,00, e, se houver a infração reiterada, o dobro, R\$ 1.000,00. Então a Emenda nº 03 fala sobre a questão instrutiva, informativa, na primeira abordagem da fiscalização; na segunda, uma adequação do valor da multa, dentro da razoabilidade e da proporcionalidade. Por isso, pedimos apoio e novamente reiteramos o nosso apoio ao mérito para proteger as nossas crianças. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 053/19.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os membros e a todos os colegas desta Casa. Nós criamos essa lei com o intuito único de preservar vidas, para que os pais, as mães, os padrinhos, os avós do Robson Monteiro Farias da Cruz, do Kauan Felipe Teixeira, do Vitor Hugo Alexandre, do Alexandre, da Ana Laura, do Lucas Santana, do William Thomas Hoffmann, do Igor Cubas, do Igor Domenegueti, do Rafael, do Victor Figueira, do Miguel Rodrigues, da Helena Pereira, da Adriana Bastos e de centenas de outras crianças... A Ver.^a Comandante Nádia fez essa lei junto conosco, botou nessa lei o nome de uma criança que foi vítima disso, para que isso não ocorra mais. O intuito dessa lei é só preservar vidas de crianças que, muitas vezes, estão numa praça, muitas vezes nem estão participando de algum ato, mas têm o seu tórax esmagado, têm a sua garganta dilacerada, têm a sua cabeça destruída... São partes dos corpos das crianças em que geralmente essas goleiras caem. Nós não estamos com intuito de que a Prefeitura arrecade, que ganhe dinheiro, por isso nós botamos uma multa bem alta para que ocorra, para que façam a fixação, pois uma multa baixinha é uma multa que não vale nada – e o Ver. Tiago acabou de citar o exemplo da Kiss... Nós queremos que realmente as pessoas vejam o valor, que não significa uma vida, o valor que não significa uma criança que tem um membro amputado, uma família que leva o luto da perda de um filho de 5 anos, de 10 anos, de 14 anos, de 16 anos, de 4 anos de idade, que nem alcança numa goleira. Estou dando o exemplo das crianças de cinco, sete e quatro que não alcançam numa goleira, e essas goleiras caem, às vezes, até com chute de bola – uma bola com um chute mais forte e cai. Estamos pedindo a aprovação dessa lei, nós queríamos fazer um apelo aqui ao Tiago e à Mari para que retirassem a Emenda nº 04 ou se mantivesse a emenda pela rejeição, porque o caráter não é receber multa, o caráter é resolver o problema, e se tivermos uma multa muito baixa, pelo jeito, as pessoas... Se diminuir a multa, não vão querer cumprir a lei, que determina fixar essas goleiras, determina garantir a vida dessas crianças. Volto a dizer: não estamos falando aqui de criança de 17, 16, 14 anos, que se penduram na goleira, estamos falando de crianças que não

alcançam a goleira, e essas goleiras caíram em cima delas, vitimando essas crianças e deixando famílias até hoje com essa dor, com essa falta. Nós queremos diminuir esse trauma nos condomínios, nas quadras de esportes, nas quadras privadas, públicas, em todos os lugares. O que estou citando aqui são acidentes fatais, esses 14 ou 15 nomes que citei – a Comandante Nádia também tem uma dezena de nomes – são fatos ocorridos há menos de um ano, então não se tem o número exato de vítimas desses acidentes banais, acidentes domésticos, pode-se dizer assim, mas que estão tirando a vida de crianças, e nós, com simples presilhas, com a simples de fixação dessas goleiras, vamos trazer tranquilidade e segurança para os pais verem seus filhos brincarem numa praça, numa quadra esportiva e não tendo a sequência do óbito. Então nós viemos encaminhar para aprovação dessa lei e fazer um apelo à Ver.^a Mari e ao Ver. Tiago que retirem a Emenda nº 04.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, Ver. Claudio Janta, eu estou revisando as emendas aqui e vi que tem a Emenda nº 01 que me parece foi suplantada por outra Emenda sua, a de nº 02. O senhor quer retirar a Emenda nº 01?

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sim, solicito a retirada da Emenda a nº 01 ao PLL nº 053/19.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a retirada da Emenda nº 01 ao PLL nº 053/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLL nº 053/19.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. No ano passado, eu fui procurada por um médico pediatra da Santa Casa para falar sobre esse tema, pedindo que nós fizéssemos um projeto de lei, falando sobre a fixação das goleiras, porque muitas pessoas já haviam sofrido com esse com esse acidente e algumas até perdido a vida em função disso. Eu fui atrás para ver e na Câmara já havia um projeto do Ver. Janta, há mais tempo, e parado nos trâmites da Casa. Propus ao Ver. Janta que nós agilizássemos isso para que, realmente viesse a ser votado para entrar imediatamente em execução. O Ver. Janta encaminhou, a Ver.^a Nádia também apresentou e assinou junto, gostaria eu de ter assinado junto esse projeto, porque eu acho que ele é extremamente importante. Tenho muitas pessoas que eu conheço, alguns amigos, inclusive o esposo de uma menina que trabalhava na AABB que ficou mais de 30 dias internado entre a vida e a morte em função disso; e essa menina que a Ver.^a Nádia comenta, a Marina, o pai era vice-presidente do Grêmio do Prata, também conselheiro

do Grêmio, a mãe pediatra e trabalhava nessa causa, falava muito sobre a questão da fixação das goleiras, da importância disso, visto que muitos incidentes já haviam acontecido, e ela veio a perder a própria filha em função disso. É lamentável uma mãe que já trabalhava esse tema perder a própria filha em função disso. Tudo isso veio à tona quando eu recebi essa visita, e hoje eu fico muito feliz de que nós possamos estar aqui para aprovar este projeto que eu tenho certeza que a aprovação será por unanimidade. O projeto é meritório, a fixação das goleiras no nosso Município, tendo em vista a quantidade de notícias que se relatam, é muito importante. Eu só queria trazer para vocês que muitas crianças e adolescentes já vieram a óbito em função disso, em Sapiranga, em Ponta Grossa, no Paraná, em Florianópolis, em São Paulo, em tantos outros municípios que já foram comentados aqui. É importante ressaltar que, além dos espaços públicos, os espaços privados, tais como os parques, os clubes, os condomínios residenciais, as praças, as instituições de ensino e as escolas de futebol também devem se adequar a essa fixação como está numa emenda também dos vereadores. Fica como sugestão que nós façamos campanhas de conscientização sobre a lei, assim que aprovada e sancionada, com a participação dos clubes de futebol, Grêmio e Internacional e outros clubes, a fim de atingirmos o maior número de público, que as pessoas saibam da existência da lei e façam que ela seja cumprida. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO) (Requerimento):

Presidente, gostaria de solicitar que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLL nº 053/19.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):

Defiro o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 053/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):

Presidente Hamilton, quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos e pela presidência, ainda não tive a oportunidade, é a primeira vez que subo a esta tribuna neste ano legislativo, quero cumprimentá-lo e desejar uma boa presidência no ano de 2023. Quero cumprimentar meus colegas vereadores, público que nos assiste, depois também cumprimentar o Ver. Claudio Janta e a Ver.^a Comandante Nádia pela autoria desse projeto de lei importante. Em princípio, quando se olha, é um projeto bastante simples, mas de uma grande importância para a cidade de Porto Alegre, tendo em vista os fatos que ocorreram nesta cidade, onde algumas pessoas já perderam a vida pela falta de uma simples fixação de uma goleira. E a exemplo do que a Ver. Cláudia Araújo falou, eu também, no final do ano passado, fui procurado, num churrasco, estava participando de um churrasco com colegas do Exército, pessoas que serviram comigo no 18º Batalhão de Infantaria Motorizada – o Márcio Bins Ely também foi aluno do CPOR –, estava conversando lá com um tenente R 2 e ele começou a me falar que no condomínio tinha acontecido um

fato dessa natureza, as crianças brincando e a goleira virou. Então ele me disse que gostaria de vir até a Câmara para ajudar a construir um projeto dessa natureza. Agora fui pesquisar e vi que o Ver. Claudio Janta e a Ver.^a Nádia já tinham esse projeto, então a gente se soma a defendê-lo, votar favoravelmente, porque é um projeto que quando a comunidade, a sociedade está procurando os vereadores para ser feito, é muito mais interessante a gente votar. É sinal de que nós estamos no caminho certo e estamos votando uma lei que a população está pedindo. Então, a gente vê a real necessidade de aprovar esse projeto e votaremos favoravelmente. Quanto às emendas, eu acho importante a emenda do Ver. Tiago que fala que, na primeira vez, deve ser comunicado e explicado para as pessoas, porque muitas vezes, nós aqui aprovamos uma lei e a gente até diz: “A lei não pegou”, porque ela não andou pela cidade, as pessoas não descobriram que existe a lei nem tem o conhecimento da lei. Muitas vezes, nós aprovamos e a lei não chega na imprensa ou nas pessoas, e as pessoas não sabem que ela existe. E, muitas vezes, talvez um estabelecimento que tem uma quadra que a pessoa trabalha, que é um empreendimento pequeno, uma única pessoa e não tem uma assessoria de imprensa, não tem um jurídico, vai acabar nem sabendo que foi aprovada uma lei e infelizmente não vai fixar essa goleira. Então é importante que a gente chegue nas pessoas com essa informação. Depois da lei aprovada, que isso seja comunicado. A gente pode fazer um apelo para a Secretaria de Desenvolvimento, onde tem os alvarás, para que todas aquelas quadras esportivas sejam avisadas de alguma forma, que a secretaria possa mandar uma correspondência para onde existem esses alvarás, para as pessoas saberem que tem uma lei, para elas poderem cumprir a lei, porque a gente sabe das dificuldades. Assim como a SMED, que é onde temos as escolas públicas, que elas sejam avisadas que têm que tomar uma medida de fixar. Que não se execute por multas, mas, sim, que a lei tenha efetividade, para que não aconteça o sinistro de a pessoa se machucar, porque não foi fixado. Eu acho que nós temos que, talvez, até botar na lei, ou conversar com o prefeito, para que ela possa chegar nas pessoas, para que seja cumprida e não seja mais uma medida arrecadatória do Município. Que ela realmente cumpra o seu papel, que é o de salvar vidas. Sou favorável à emenda do vereador que diz para avisar as pessoas. Mais do que isso, acho que a gente poderia providenciar que o Município, através dos registros de onde tem quadras esportivas, avise sobre essas questões, para que realmente a lei pegue e funcione, para que a gente não perca mais vidas como já foram perdidas, ou que pessoas se machuquem por não ter fixação nas goleiras. Votarei favorável ao projeto, e a gente faz um apelo para que chegue nas pessoas interessadas o projeto de lei, para que, realmente, seja cumprido. Muito obrigado. Parabéns aos vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP) (Requerimento): Solicito seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 053/19.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Defiro o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 053/19.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara; escutei atentamente os vereadores que me antecederam. O Ver. Claudio Janta retirou a Emenda nº 01, que justamente determina a fixação nos espaços públicos e privados, o que eu acho que é muito oportuno e importante, tendo em vista que a Emenda nº 02 também fala em espaços públicos e privados e exemplifica: parques, clubes, condomínios, praças, instituições de ensino. Acho que é muito importante nas escolas, onde geralmente tem ginásios com quadras poliesportivas, Ver. Cassiá, e às vezes usam o campo inteiro, outra hora ele vira em dois, então aquelas há goleirinhas com rodinha – o senhor lida com futebol há anos, e nós também que, com muita hora, tivemos a oportunidade de responder pela Secretaria de Esportes em 2006, numa parceria com o Ver. João Bosco Vaz, que nos acompanha no remoto.

Primeiramente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa, acho que é muito oportuna e importante, ainda mais com relatos recentes de situações que acabaram resultando em óbito. Estamos falando em 2022, uma goleira cair em cima de uma criança, levar a criança a óbito. Então, acho que nós todos aqui, acho que vai ser unânime, Ver. Mauro Pinheiro, a aprovação deste projeto. Eu queria fazer um apelo para a bancada do NOVO, Ver. Tiago, que retire as emendas, vereador. Eu acho que não caberia aqui a nós termos que rejeitar as emendas, porque uma multa de R\$ 500,00, cá para nós, R\$ 500,00 não vai nem conseguir pagar o serralheiro para fixar a goleira. Então, é melhor levar a multa do que arrumar a goleira. Eu queria fazer esse apelo e, no mesmo sentido, o caráter educativo: na hora em que virou lei, tem que cumprir; lei não é para caráter educativo; lei é para ser cumprida. E, se a lei está dizendo que tem que fixar a goleira, quem não fixar a goleira é criminoso, porque, depois dessa lei, se mais alguma criança morrer, tem que responder por crime. Nós estamos falando aqui em vidas, e as crianças são indefesas, Ver. Oliboni. Então, faço esse apelo ao Ver. Tiago, à Ver.^a Mari, tenho certeza que vamos ser atendidos aqui em retirar as emendas, porque lei é para ser cumprida, não tem meia lei.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Mônica Leal.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Aí, Ver. Mônica Leal, não tem meia grávida, ou está grávida ou não está. Ou é lei ou não é. Não tem assim, vamos chegar lá e a goleira vai estar solta e não vai acontecer nada. Não, nós vamos chegar lá e a goleira vai estar solta e a criança pode morrer. E R\$ 500,00 não dá, vereador, é muito pouco: R\$ 6 mil é um bom valor, até acho pouco, é pouco. Não tem valor, porque, às vezes, numa quadra, Ver. Cassiá, duas quadras grandes que viram em quatro, estamos falando em oito goleiras. Custa mais do que R\$ 500,00 para fixar oito goleiras. Não sei

como vai fazer, mas imagina, faz o cálculo ali, o peso de uma criança, ou vai ter que colocar uma abraçadeira, ou um cabo de aço. Não sei como vai fazer, mas vai ter que dar um jeito de prender a goleira. Quando a inspeção bater no colégio, a goleira não pode cair, não me leva a mal, vereador. Não pode mais cair a goleira, a partir da aprovação dessa lei, é inadmissível que uma criança morra em Porto Alegre porque caiu uma goleira. Então, quero fazer esse apelo, vereador, a gente sabe da sensibilidade. A Ver.^a Mari é uma vereadora que, se vai numa praça, num parque, é reconhecida; ela tem filhos pequenos, trabalha essa causa. Então, quero fazer esse apelo, acho que é oportuno, necessário e importante que a gente possa aprovar por unanimidade e terminar, vamos virar essa página da história de Porto Alegre, acabou, não pode ser mais falado de morte por goleira, esmagando cabeça de criança em Porto Alegre, não dá mais para aceitar, é inadmissível. Fica a nossa consideração e o nosso apelo. Tenho certeza de que o Ver. Tiago e a Ver.^a Mari serão sensíveis e vamos aprovar por unanimidade este projeto. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 053/19.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta discussão, é fundamental, sim, que a gente tome medidas para garantir a segurança das pessoas que praticam esportes na cidade, mas eu não poderia de deixar de lembrar aqui, nesta tribuna, que o prefeito destinou apenas 0,18% ao esporte da cidade. Portanto, se essa lei for aprovada, provavelmente nem a Prefeitura vai conseguir implementá-la nas suas praças, nas suas quadras esportivas públicas que estão na incumbência não só da Secretaria de Esportes, mas também a Secretaria de Educação, e aqui eu falo das escolas. Se a secretária de Educação não consegue garantir que as quadras esportivas das nossas escolas estejam a pleno, como é o caso da escola da grande Cruzeiro, Escola de Ensino Fundamental Loureiro, onde a quadra está inutilizada. Sabe o que é mais de mil crianças, mil alunos não poderem praticar esportes na escola, porque a quadra está fechada? Governo Melo!

Mas queria destacar aqui que as práticas esportivas no Brasil geram cerca de 1,5% a 2% do PIB nacional. E o nosso País poderia investir muito mais, mas a gente viu um congelamento, a partir da EC 95, que o governo Temer, do partido do Sebastião Melo, implementou, que amordaça o orçamento. Então, a gente vem aqui fazer essa crítica, porque a gente olha os Estados Unidos, por exemplo, onde hoje há 150 mil estudantes bolsistas – 150 mil –, e todo ano, lá, Canadá e Estados Unidos fazem competições esportivas com a juventude, que movimentam cerca de 480 mil atletas das duas nações.

Temos, hoje, no Brasil, 35 milhões de estudantes matriculados só na Educação Básica. Nós precisamos investir mais nos esportes, e é por isso que agora o Brasil tem um ministério, e isso é fundamental. Espero que o prefeito, aqui, no próximo

ano, coloque mais orçamento e que, sendo aprovada esta lei, o prefeito adéque as quadras de esporte. Eu estou com 30 pedidos de providências de readequação das estruturas das escolas municipais; um terço das escolas precisa inclusive de segurança nas goleiras. Eu quero também lamentar os incidentes que aconteceram, espero que no futuro a gente não tenha mais isso, mas queria deixar aqui uma dica para o prefeito: as medidas que os vereadores fazem, as leis, são importantes, mas o prefeito poderia criar uma bolsa para os atletas municipais, começando pelos mais destacados; que auxilie para que a gente possa trazer prêmios para esta cidade, não só os clubes privados investindo dinheiro, a Prefeitura poderia fomentar que os esportistas das periferias pudessem ser vistos, porque, afinal de contas, o prefeito isentou R\$ 70 milhões de IPTU da Fraport, pode fazer pelo esporte, pode fazer pela juventude. Parabéns aos autores pelo projeto, e nós vamos votar junto, para aprovar essa medida de segurança.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 053/19.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Tema interessante, pena que nós não tomamos providências antes. E justamente na lógica de tomar providências, antes eu venho aqui fazer um convite aos colegas. Todos nós nos compadecemos com a falta de segurança a que essas crianças acabaram sendo submetidas ao longo desse tempo, que acabou culminando inclusive com a morte de algumas. Eu tenho um projeto que foi aprovado no município de Viamão, e eu quero agora convidar os senhores para assinarem, em conjunto comigo, um projeto que vai no sentido de trazer mais segurança para as nossas crianças aqui de Porto Alegre. Por isso é importante que os senhores prestem atenção. A gente está preocupado com as goleiras dentro dos colégios, dentro das instituições privadas, que trazem risco de acidente e que acabaram resultando infelizmente em algumas mortes no nosso Estado. Mas, todos os dias, milhares de crianças se deslocam em direção aos colégios no Município de Porto Alegre e invariavelmente algumas são expostas ao risco de atropelamento.

Nós fizemos, em Viamão, o projeto chamado “Quebra mola junto à escola”, que era justamente no sentido de induzir a colocação de redutores de velocidade nas imediações das escolas do município de Viamão. E pasmem: foi aprovado. Viamão tem uma lei mais avançada do que Porto Alegre, que ajuda na segurança das imediações escolares da cidade de Viamão. Eu queria aqui, no mesmo sentido do que os senhores estão demonstrando preocupação agora, que é trazer mais segurança às crianças que utilizam quadras esportivas, queria convidar os senhores para assinarem, em conjunto, um projeto que eu não escrevi aqui ainda, mas basta copiar o de Viamão, para induzir a EPTC a colocar redutores de velocidade nas imediações das escolas de Porto Alegre. Como vocês sabem, são muito demandados pela comunidade de Porto Alegre, e é muito comum nós solicitarmos quebra-molas à EPTC, e o argumento sempre é de que precisa de um estudo prévio, e geralmente o estudo prévio requer que tenha uma estatística dos

acidentes. Então, quer dizer que não interessa a engenharia de tráfego, não importa o engenheiro formado, o que importa é se teve acidente naquela região ou não, mesmo com todos os pais vindo a nós, apelando para que seja colocado redutor de velocidade naquele local, não interessa; o que importa é se teve gente atropelada e se teve gente que morreu, senão a EPTC não coloca. Então como foi provado aqui por esta Câmara que, mesmo sob a alegação de que é matéria federal, nas vezes em que nós queremos, nós conseguimos colocar na legislação municipal coisas que são de interesse local, no meu entendimento é do interesse local que as nossas escolas tenham redutores nas suas imediações – óbvio que pode ter a exceção das vias arteriais –, cabe a nós fazermos algum tipo de legislação municipal que induza a EPTC a colocar redutores de velocidade nas imediações das escolas, porque, se nós nos preocupamos com as crianças que eventualmente possam se acidentar com uma goleira, eu tenho certeza que todos nós nos preocupamos com a questão dos acidentes nas imediações escolares.

Eu vim aqui fazer essa fala, não por querer protagonismo, mas por entender que os senhores estão imbuídos de uma causa nobre. Então, justamente por isso, eu vim aqui consultar os senhores e as senhoras se a gente pode assinar em conjunto, seria um projeto de toda a Câmara. Eu vou abrir para que todos os vereadores possam assinar, e quem concordar, pode me procurar para que a gente possa fazer um texto um pouco mais fácil. Vejo que a Ver.^a Mônica já está dando acordo. Eu tenho certeza que, se esta Câmara se dedicar a esse tema, em muito pouco tempo os acidentes graves nas imediações escolares vão ser história passada aqui na cidade. Valeu, estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL n° 053/19, por cedência de tempo da Ver.^a Mônica Leal.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Quero agradecer à líder do PP por este espaço – obrigada, Ver.^a Mônica –, acho que é importante a gente conseguir responder a alguns questionamentos dos colegas, algumas dúvidas, quanto à fiscalização primeiro. Todos nós somos fiscalizadores. Dou o meu exemplo, no condomínio onde moro, fui fiscalizar as goleiras, e as goleiras não estavam fixadas, ou seja, eu me preocupei com o meu filho, com as crianças que moram no condomínio, e solicitei ao síndico que fizesse a fixação dessas goleiras. Bueno, todos nós devemos fiscalizar, e, na falta da fixação dessa goleira, todos podem ligar para o 156 e solicitar que a fiscalização vá ali e que seja mais contundente.

Quanto à fixação, também houve uma preocupação de se fixar as goleiras e essas goleiras não saírem nunca mais do lugar; não é isso pessoal. Essas goleiras podem ser fixadas com pinos, com ganchos e, em não precisando que a goleira fique em um campo de futebol, em uma quadra esportiva, Ver. Cassiá, ela pode ser retirada, mas quando ela for utilizada, tem que estar afixada com ganchos, parafusos, para que ela não tenha a mobilidade de cair para frente.

Quanto à multa, quero novamente falar com o Ver. Tiago, com a Ver^a Mari, entendo a questão da redução do valor. Falou muito bem aqui o Ver. Mauro, Ver. Márcio, que disseram que, se a fixação da goleira for um valor acima de R\$ 500,00, muitas vezes vale a pena deixar mesmo assim, para algumas pessoas que não se preocupam com a vida, e levar a multa de R\$ 500,00 porque a fixação terá um valor maior. Então, quando dói no bolso das pessoas, elas tendem a cuidar muito mais daquilo que está prescrito em lei. Logo, esse valor de R\$ 500,00 a R\$ 6.000,00, que está previsto no projeto, muito bem escrito pelo Ver. Claudio Janta, está exatamente dizendo que há níveis de cobrança para aquelas pessoas que não afixarem a sua goleira, e esse valor será regulamentado pela Prefeitura. Não cabe a nós, vereadores, fazer a regulamentação sobre a quem cabe pagar R\$ 500,00, R\$ 1.000,00, R\$ 2.000,00, R\$ 5.000,00, e, sim, ao poder Executivo, que irá regulamentar. Então, não há prejuízo, não há preocupação de que o fiscal irá em algum lugar e dará a multa conforme lhe convier, se é mais ou menos amigo; não, estará regulamentado. A Emenda nº 02 vem exatamente dizer isso: que a multa será...

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Uma pergunta que surgiu agora no WhatsApp, porque temos audiência na TVCâmara. No caso de goleiras removíveis, como fica? Há alguma previsão?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A previsão é esta: quando estiverem em uso, que estejam afixadas; quando não precisarem ser utilizadas em um campo de futebol ou em uma quadra esportiva, como o caso que o Ver. Gilson nos trouxe, elas serão retiradas do lugar.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu quero contribuir. Uma goleira de futebol, em qualquer estádio, ela não é fixada; tem um buraco de tantos centímetros, ela adentra lá e fica segura ali, não sai dali. Se você quiser, por exemplo, cortar a grama do campo, você levanta a goleira e tira. Todas as goleiras são assim, elas não são fixadas. Então, a Prefeitura vai regulamentar e vai notar isso, que elas são retiradas de qualquer lugar. Por exemplo, dentro de um condomínio, tem duas quadras, mas só tem uma goleira – levanta, leva lá, coloca lá naquele buraco que tem tantos centímetros, não tem problema de cair porque as traves são assim. O que acontece muito, quero alertar aqui, é que existe trave e existe travessão: em média, o que quebram são os travessões – uma pessoa muito pesada, por exemplo, vai ali, se debruça lá e quebra, isso aconteceu até no futebol. Então, não é uma coisa perfeita. A Prefeitura tem como regulamentar dessa forma, não é fixado, sob pena de não tirar mais. Às vezes, dentro de um condomínio, tu queres remover, levar para outra quadra – assim são os campos hoje em dia. Então quero só alertar isso.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A ideia é essa, vereador, muito obrigada pela contribuição. Então, vereadores, acredito que nós possamos, sim,

quero pedir novamente ao partido NOVO para que retire a Emenda nº 04 e que todos possamos fazer essa votação de uma forma unânime, em prol da vida de crianças, adolescentes e adultos aqui em Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, nós construímos juntos, a Ver. Comandante Nádia, a Ver.^a Cláudia, e a nossa preocupação era exatamente essa, as graduações dentro de uma razoabilidade, de uma proporcionalidade, mas nós construímos, junto com a base, que, no futuro, quando for feita essa regulamentação que os colegas mencionaram, a base vai chamar os vereadores, o partido NOVO, enfim, quem estiver interessado no assunto, para que esse decreto, ali na frente, seja modulado, seja de uma forma para não depender tanto da vontade ou dos interesses políticos de ninguém, mas que a lei seja cumprida. Então, nós solicitamos a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLL nº 053/19.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Defiro requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 053/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 053/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 053/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, eu queria agradecer a todos que contribuíram com esse projeto: à Ver.^a Comandante Nádia, que fez junto comigo o projeto; ao Ver. Tiago, que retirou a Emenda nº 04, entendendo a necessidade de ter essa multa. A Câmara hoje legisla a favor da vida das crianças e das pessoas que usam as nossas quadras esportivas de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Claudio Janta, e parabéns.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP) (Requerimento): Quero agradecer aqui a gentileza do Ver. Claudio Janta em deixar que eu pudesse também compactuar com este projeto tão importante, que salva vidas.

Sr. Presidente, solicito a retirada da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje os Requerimentos nºs 007/23 e 009/23, e que sejam novamente priorizados na sessão ordinária prevista para a próxima segunda-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 027/23 – (Proc. nº 0083/23 – Ver. Giovanni Culau e Coletivo) – requer seja o período de Comunicações do dia 27 de fevereiro destinado a homenagear a senhora Lúcia Campo Pelanda, reitora da Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). **(SEI 234.00023/2023-57)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 027/23 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB) – às 16h24min:
Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0741/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 372/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que declara de utilidade pública a Associação dos Caminhadores do Rio Grande do Sul. **(SEI 020.00067/2022-48)**

PROC. Nº 0925/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 454/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui a Semana Municipal de Conscientização e Enfrentamento ao Uso de Fogos de Artifício no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores. **(SEI 021.00274/2022-00)**

PROC. Nº 0013/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/23, que altera o art. 1º da Lei nº 8.538, de 4 de julho de 2000, que declara a Pastoral de Auxílio Comunitário ao Toxicômano como de utilidade pública, alterando o nome da entidade para Programa de Auxílio Comunitário Terapêutico de Porto Alegre (PACTO/POA). **(SEI 118.00161/2023-71)**

PROC. Nº 0054/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Semana Municipal de Conscientização Sobre a Esclerose Múltipla no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que contemple o dia 30 de agosto. (SEI 024.00010/2023-26)

PROC. Nº 0062/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 030/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Antonio Dídimo Lopes o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Dezoito – Estrada Otaviano José Pinto –, localizado no Bairro Lami. (SEI 165.00024/2023-90)

PROC. Nº 0070/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia dos Esportes Eletrônicos (eSports) no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 19 de outubro. (SEI 037.00033/2023-28)

PROC. Nº 0001/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Tiarayú. (SEI 138.00066/2022-77)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0775/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 318/21, de autoria do Ver. José Freitas, que cria o Programa Banco de Materiais de Construção no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00310/2021-33)

PROC. Nº 1110/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 488/21, de autoria da Ver^a Camila Nunes, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Julio Cesar Nunes Ribeiro. (SEI 252.00006/2021-30)

PROC. Nº 0107/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Ponte Paulo Roberto Lontra o equipamento público (Ponte) sem denominação localizado sobre o arroio Dilúvio, cruzamento da Avenida Ipiranga com a Avenida Salvador França. (SEI 218.00010/2022-13)

PROC. Nº 0454/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 236/22, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Claudio Affonso Amoretti Bier. (SEI 042.00025/2022-95)

PROC. Nº 0708/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 357/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que denomina Rótula Engº Sérgio Luiz Brum o logradouro conhecido como Rótula 5178, localizado na Vila Assunção. (SEI 210.00444/2022-11)

PROC. Nº 0820/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 398/22, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Dempsey Cardoso. (SEI 220.00235/2022-67)

PROC. Nº 0848/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 411/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. Mathias Elter. (SEI 021.00240/2022-15)

PROC. Nº 0877/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 425/22, de autoria do Ver. Giovane Byl, que denomina Rua José Octávio Rodrigues Pereira o logradouro público conhecido como Rua A Inácio Kohler Porto Bello – Vila Dom Pedro –, localizado no Bairro Rubem Berta. (SEI 158.00156/2022-48)

PROC. Nº 0901/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 438/22, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Tadeu Gomes Xavier. (SEI 161.00129/2022-61)

PROC. Nº 0904/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 441/22, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que inclui a efeméride Dia do Breaking no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de novembro. (SEI 161.00130/2022-96)

PROC. Nº 0909/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 443/22, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à Sra. Isabela Coronel Amilivia Fogaça de Medeiros. (SEI 035.00082/2022-81)

PROC. Nº 0910/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 444/22, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Gabriel Vieira de Souza. (SEI 035.00080/2022-92)

PROC. Nº 0911/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 445/22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Monsenhor Máximo Benvegno o logradouro não cadastrado conhecido como Passagem de Pedestres Dois Mil Trezentos e Cinco. (SEI 037.00626/2022-11)

PROC. Nº 0913/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 447/22, de autoria do Ver. Giovane Byl, que denomina Rua Ademar de Oliveira o logradouro público

conhecido como rua “R” – Vila Safira –, localizado no Bairro Mario Quintana. (SEI 158.00161/2022-51)

PROC. Nº 0914/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 448/22, de autoria da Verª Comandante Nádia, que declara de utilidade pública a União das Escolas de Samba de Porto Alegre e Região Metropolitana – UESPA. (SEI 025.00094/2022-16)

PROC. Nº 0918/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 450/22, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua João Benjamin Zaffari o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil Cento e Trinta e Quatro, localizado no Bairro Petrópolis. (SEI 138.00070/2022-35)

PROC. Nº 0017/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Carlos Assan dos Santos Macedo o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Um Rua do Cerro, localizado no Bairro Lageado. (SEI 165.00222/2022-72)

PROC. Nº 0019/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/23, de autoria da Verª Comandante Nádia, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Alexandre Eggers Garcia. (SEI 025.00010/2023-25)

PROC. Nº 0026/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 010/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Miguel Castro da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Cento e Noventa e Nove, localizado no Loteamento Lagos de Nova Ipanema IV, localizado no Bairro Hípica. (SEI 165.00173/2022-78)

PROC. Nº 0032/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 012/23, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que denomina Rua Vitor José de Oliveira o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco 5 Rua Amapá, localizado no Bairro Vila Nova. (SEI 145.00053/2021-18)

PROC. Nº 0039/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 015/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia Municipal do Hino de Porto Alegre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado no dia 19 de dezembro. (SEI 034.00042/2023-11)

PROC. Nº 0907/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 076/22, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma de Honra ao Mérito a Samory Uiki Bandeira Fraga. (SEI 032.00032/2022-05)

PROC. Nº 0927/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 081/22, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao CFC TOURINN. (SEI 019.00259/2022-66)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h25min.)

* * * * *